

RELAÇÕES E MEDIAÇÕES INFORMACIONAIS NA AMAZÔNIA TRANSNACIONAL: as redes ambientais na internet e a padronização da natureza

Débora de Carvalho Pereira Gabrich*

RESUMO

Este trabalho é um capítulo da dissertação de Mestrado já concluída “Amazônia Transnacional: as Redes ambientais na internet e a padronização da natureza”¹, que defende que o surgimento de padrões ambientais (regras de convivência do homem com a natureza) resulta da mediação de fluxos informacionais entre redes de entidades, que podem ser locais ou estrangeiras, como as que compõem a rede brasileira ‘Grupo de Trabalho Amazônico’ - GTA. Os dados empíricos, originalmente colhidos em 2007, foram atualizados entre junho e julho de 2009. A orientação teórica, fundamentada na análise de negociações simbólicas entre redes transnacionais, permite, a partir da visualização de grafos relacionados a entrevistas com os produtores da informação na rede, ilustrar a dinâmica do movimento ambiental da rede ego-centrada no site do GTA. O objetivo da comunicação é demonstrar, de forma descritiva e visual, atributos de relações explícitos entre atores da rede. Especificamente, essa pesquisa apresenta o mapeamento das instituições ambientalistas locais e transnacionais, que divulgam informação sobre a Amazônia, listadas a partir da seção ‘parceiros’ do site do GTA. Os dados colhidos são associados a informações geográficas e a entrevistas com os produtores de informação das entidades analisadas. O raciocínio é assim exposto: 1) reflexões sociológicas sobre mediações informacionais em rede, com o advento das novas tecnologias; 2) a atuação na Amazônia das redes transnacionais ambientais, através de negociações simbólicas; 3) o estudo de caso sobre a rede que emerge da seção ‘Parceiros’ do site do GTA e 4) as conclusões, onde se torna perceptível a formação de valores e conceitos acerca da preservação da natureza nos fluxos ambientais entre instituições locais e transnacionais.

Palavras-chave: Redes ambientais, Instituições ambientalistas, Internet, Amazônia

1 REDES SOCIAIS E NOVAS TECNOLOGIAS

Como fenômeno observado no campo da Ciência da Informação, o conceito de rede flui de acordo com a perspectiva analítica, que pode ser focalizada na organização (desenho), tipo de funcionamento, conteúdo ou fluxo de informação. Mas, apesar das diferenças entre o foco preferido de cada área de conhecimento, decorrentes da ação interpretativa isolada, emerge a tendência transdisciplinar² de conceituação. Capra (2001), por exemplo, define a

* Doutoranda da Escola da Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – ECI-UFMG. Mestre em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, UFV, 2007; Especialista em Comunicação Contemporânea e Informação Visual, PUC Minas, 2003. E-mail: debcarpe@gmail.com

¹ Pesquisa financiada pela CAPES.

² Sobre o enfoque transdisciplinar, mais informações detalhadas no Manifesto da Transdisciplinaridade (NICOLESCU, 1999) e em Ambrósio (1997). Mais relacionado à Ciência da Informação e Transdisciplinaridade, ver Bicalho e Oliveira (2005).

rede como um sistema, ou um padrão comum a todos os organismos vivos, de forma a dar ênfase na configuração. Este raciocínio advém de uma visão sistêmica do mundo, pois admite a possibilidade de compreender as situações e as causas atuantes como um conjunto localizável num todo, mostrando sua interconexão. Essa interdependência, segundo o autor, corrobora com a idéia de que a iniciativa de contato externo, ou a própria reflexão interna, produz ações de ir e vir em uma corrente contínua, em que cada situação se inclui numa rede dinâmica, estruturada.

Sob propósitos diferentes, para Castells (2000), rede expressa um processo simultâneo de trocas de informações, capital e comunicações culturais, que pode ser exemplificado pela economia global. A facilidade de ativar fluxos de comunicação provocada pelas redes é a maior ferramenta para a desigualdade social, propiciando a emergência de uma “entidade capitalista coletiva sem rosto, formada de fluxos financeiros operados por redes eletrônicas” (CASTELLS, 2000, p. 501). Ao invés do alcance de um estágio de equilíbrio social com a potencialização do acesso à informação, este autor afirma que a sociedade encontrou, ao mesmo tempo, a libertação das forças naturais (como movimento alternativos de defesa ambiental e de direitos humanos) e a opressão e exploração social, como políticas públicas que incentivam a agropecuária na Amazônia. Isso revela que as redes possibilitam a representação de funções diversas, gerando paradoxos como esse observado pelo autor:

Estamos entrando em um novo estágio em que a Cultura refere-se à Cultura, tendo suplantado a Natureza a ponto de a Natureza ser renovada (“preservada”) artificialmente como uma forma cultural: de fato, este é o sentido do movimento ambiental, reconstruir a natureza como uma forma cultural ideal (CASTELLS, 2000, p. 505).

A formação de uma cultura ideal padronizada concomitantemente à valorização pela internet de culturas segmentadas e marginalizadas é o que admite Santos (2002), mais esperançoso do que Castells (2000). O autor interpreta a globalização – e seu conceito de redes flui dessa concepção - como consequência da unicidade da técnica e do aumento da troca de informações. O espaço unipolar de dominação, portanto, é produzido e possibilitado pelas novas conexões de comunicação e tecnologia – ou seja, as redes de informações e de fluxo de capital. Santos vai do julgamento da globalização, como ‘perversa’, a uma visão de que um senso comum mais justo possa despertar, ou seja, a esperança de que ‘um novo mundo é possível’:

A partir dessas metamorfoses, pode-se pensar na produção local de um entendimento progressivo do mundo e do lugar, com a produção indígena de imagens, discursos, filosofias, junto à elaboração de um novo *ethos* e de

novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da idéia e da prática da solidariedade (SANTOS, 2002, p. 167-168).

Embora o autor anuncie um senso comum, fruto do entendimento progressivo do planeta, é a conectividade que faz emergir conteúdos distintos, que partem de grupos diferentes dentro do movimento ambiental que, mesmo possuindo interesses diversos, estão em contato. É essa interação que estrutura uma rede. Nesse sentido, estabelecer conexão entre instituições e seus agentes significa estabelecer vias de comunicação, nas quais experiências informacionais são trocadas. Os dados são o alimento da rede, tanto quanto sua morfologia. Na verdade, exercem a função que a linguagem sempre exerceu nas sociedades humanas, mas de maneira potencializada. Sua função, mais do que de transportar significados de um lugar a outro, é organizar a ação da rede. Se considerarmos a rede como um fluxo de informação, tudo o que é concretizado por meio dela deve ser visto sob a ótica da circulação de conhecimento e valores a ela conectados.

Entretanto, há um fator diferencial associado ao estágio do desenvolvimento pós-industrial, que é a mediação informacional por computadores. Mais recentemente, o fator determinante desse fluxo têm sido a internet. Os sites cumprem funções importantes como comunicadores e articuladores de atores sociais diversos, no sentido de produzir, armazenar e distribuir informação. As novas formas de trabalho associadas à função de veicular informações pela internet favorecem a emergência de conteúdos alternativos nas redes de ativismo digital e ambiental. Sites como o do *Independent Mídia Center – Indymedia*, *Tao* e *Greenpeace* têm o objetivo de cobrir o que a mídia tradicional não pauta normalmente, como protestos e eventos, e têm atendido à sua própria demanda de informação, fazendo com que suas temáticas sejam vistas e assim, posteriormente, a mídia tradicional é forçada a pautar as mesmas. Se um usuário da rede mundial pode escolher em quais ambientes virtuais deseja satisfazer sua demanda de informação, isso faz com que os criadores desses espaços de divulgação criem mensagens de acordo com seu público alvo. Os sites têm programas que analisam o comportamento dos usuários, em quais páginas demoram mais tempo, por exemplo, quais imagens e *links* foram mais clicados, quais arquivos mais acessados etc. Esses dados, aliados a valores simbólicos, influenciam os critérios de seleção para construção das mensagens e criam comunidades virtuais em ambientes desterritorializados, causando o que Bauman (1999) e Giddens (2002) chamam de ‘desencaixe entre espaço e lugar’. Bauman (1999) admite que o avanço das tecnologias da comunicação na modernidade provoca a desconexão entre territórios físicos e simbólicos e Giddens (2002) concorda que a

modernização aumentou a distância entre indivíduos e comunidades tradicionais, expandindo as noções antes estreitas de tempo e espaço.

Essas contextualizações são necessárias para o entendimento, pois a Amazônia, atualmente, é ambiente geográfico e simbólico para a formação interativa das redes trans-institucionais em defesa da floresta. Isso ocorre principalmente na internet, onde é perceptível que os campos das artes, da política e do ativismo ambiental não precisam necessariamente estar vinculados a um grupo de pessoas situado em uma cultura ou região determinada.

1.1 Dois tipos de redes trans-institucionais: a relação homem-natureza mediada pelas novas tecnologias

Sobre a Amazônia há um grande número de sites de organizações não governamentais – locais e transnacionais – que produzem, divulgam e armazenam informações em torno da defesa da natureza. Nota-se a ocorrência, no mínimo, de dois tipos de redes ambientalistas: a) as que possuem estrutura internacional e economia que permite manter escritórios e técnicos em forte hierarquia institucional; e b) as redes compostas por organizações domésticas, locais, que possuem ligação cultural e humana mais estreita com a comunidade em que atuam, mas com poucos recursos financeiros para manter uma infraestrutura institucional definida, que agem de maneira descentralizada.

Um exemplo do primeiro tipo é a Rede WWF (conhecida como Fundo Mundial para a Natureza), com sede na Suíça, conhecida pela sua logomarca em formato de urso panda (Figura 1). Segundo informações do site do WWF-Brasil (2009), a entidade desenvolve projetos de preservação ambiental em mais de 70 países e possui quase cinco milhões de contribuintes cadastrados virtualmente.



Figura 1 – Logomarca do WWF.

Um exemplo do segundo tipo de rede é o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Segundo dados do site do GTA (2009), sua formação consiste em 19 coletivos regionais, formados por entidades autônomas, espalhados pelos nove estados da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão). Cada entidade que participa do GTA possui sua própria dinâmica de atuação, mas com

objetivos gerais comuns, como o combate ao desmatamento e à plantação de soja na floresta. A rede agrega cerca de 600 entidades³ e o site apresenta elos para as páginas na internet de cada uma que possui este recurso.

Autores como Meirelles Filho (2004) e Becker (2004) admitem que a mediação informacional entre esses dois tipos de redes – internacionais e de entidades locais – determina acordos para o planejamento das ações de defesa ambiental que executam na Amazônia. Para Becker (2004), a aceitação do governo brasileiro à pressão ambientalista nacional e internacional contra o uso predatório da natureza é resultante da dinâmica entre as entidades que compõem essas redes de defesa ambiental, possibilitada pela conexão das pequenas associações com as redes transnacionais, tendo em vista a perspicácia de que *“há também interesses de controle da informação sobre o saber local e o próprio território pelos parceiros nacionais e internacionais”* (BECKER, 2004, p. 104).

A questão que sobressaiu a princípio, na dissertação (GABRICH, 2007), foi de exploração e descrição comparativa de duas redes ego-centradas nos sites do GTA e WWF, em um contexto específico: a defesa do meio ambiente na Amazônia, envolvendo as relações trans-institucionais. Foi realizada uma análise semiótica (peirciana) dos conteúdos informacionais (imagéticos e textuais) dos dois sites (do GTA e WWF), envolvendo testes de Arquitetura da Informação e Usabilidade, processos de produção de sentido e definição do papel dos produtores de informação para a formação de uma ‘consciência ambiental’.

No entanto, nesta comunicação, elegemos expor somente a análise da rede do GTA, intencionalmente, a fim de refletir sobre as múltiplas entradas cognitivas que derivam da mediação entre as entidades que compõem a rede.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A apreensão teórica do problema pesquisado exige a relação entre a contextualização histórica, antropológica e sociológica do desenvolvimento das redes trans-institucionais que formam o movimento ambientalista da Amazônia, com o conceito readaptado de *Frame* (Goffman, 1972, APUD Keck and Sicking, 1998), a fim de melhor entendimento das produções de sentido. A hibridação disciplinar se justifica, uma vez que a questão abordada, centrada no meio ambiente em uma região de múltiplos interesses nacionais e internacionais,

³ Há uma divergência de dados entre autores. Becker (2004) afirma que a rede GTA integra mais de 300 associações, enquanto Meirelles Filho (2004) afirma que são mais de 550 associados, entre organizações populares, ONGs, movimentos sociais e ambientais, sindicatos, castanheiros, pescadores, instituições de pesquisa e assessoria e outros. Segundo uma entrevista, são 602 integrantes.

expressa conteúdos informacionais conflitantes entre residentes, organizações locais, organizações nacionais e organizações internacionais.

Para entender o funcionamento atual da região amazônica é necessário saber que sua economia, no final do século XIX, atendia aos interesses do capitalismo internacional, como fornecedora da matéria-prima então fundamental para as indústrias da época: a borracha⁴. Com a falência dos seringais e a expansão da frente agropecuária na Amazônia, nos anos 70 do século passado, ocorre o acirramento da luta pela terra nessa região, especialmente motivada pelo comércio ilegal de madeira e pelos criadores de gado, que desmatavam grandes áreas para servir de pastagem. Segundo relata Chico Mendes⁵, de 1970 a 1975 chegaram os ‘fazendeiros do Sul’ (região sul do Brasil), com apoio de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)⁶ e compraram mais de seis milhões de hectares de terra. Com a ajuda de jagunços, expulsaram índios e caboclos⁷ que não possuíam conhecimento quanto aos seus direitos. Chico Mendes conta que, somente na região de Xapuri (Acre), foram destruídas, de 1970 a 1975, “180 mil árvores seringueiras, 80 mil castanheiras e mais de 1,2 milhão de árvores de madeira de lei, sem contar as várias espécies de árvores medicinais”⁸.

A partir de 1975, começou a surgir uma atividade de resistência a essa ocupação. Em 1987, a convite de ambientalistas, Chico Mendes participa da Conferência Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Miami-EUA e denuncia as políticas financiadas por organismos internacionais resultantes em depredação das florestas. Após esse evento, foi cancelado o financiamento ao governo brasileiro para a região amazônica, o que causou grande revolta dos fazendeiros e políticos locais, que acusaram Chico Mendes de impedir o progresso do Estado do Acre. Ao voltar do exterior, o líder conseguiu apoio do governo federal para criação, em 1988, da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex),

⁴ Segundo Taussig (1993) narra detalhadamente, vários povos indígenas foram massacrados com a expansão da exploração da borracha. O autor utiliza o termo ‘terror’, se referindo ao caso da exploração feita por uma companhia inglesa na região colombiana do Putumayo, onde os índios eram primeiro seduzidos a extrair seringa, em troca de pequenos presentes, e depois escravizados e explorados até a morte. Na contemporaneidade, o terror se atualiza em conflitos armados, violência, prostituição infantil etc., e na transformação da Floresta Amazônica em pastos, campos de soja e serrarias.

⁵ Em entrevista disponível em: <<http://www.cnsnet.org.br> - Chico Mendes> – artigo publicado em 4 nov. 2002. Disponível em: <http://www.cnsnet.org.br/news_ver.php?idnews=8>. Acesso em: 13 jun. 2005.

⁶ Órgão instituído em 1966 para promover o desenvolvimento da Amazônia, que se tornou sinônimo de corrupção e desvio de verbas públicas. Foi extinto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001.

⁷ Que podem ser de origem indígena ou da união entre os mesmos e colonizadores, inclusive de origem nordestina, que foram incentivados a colonizar o Acre no governo de Getúlio Vargas, para ocupação do estado recém adquirido pelo Brasil da Bolívia.

⁸ Em entrevista disponível em <<http://www.cnsnet.org.br> - Chico Mendes> – artigo publicado em 4 nov. 2002. Disponível em: <http://www.cnsnet.org.br/news_ver.php?idnews=8>. Acesso em: 13 jun. 2005.

que recebeu financiamento de ONGs e fundações internacionais como a *Cultural Survival Enterprise*; Fundação Ford; WWF e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As denúncias de Chico Mendes, que resultaram em pressão internacional ao governo brasileiro para aceitação de padrões globais de desenvolvimento em harmonia com a preservação da natureza, podem ser consideradas um marco desse movimento transnacional de ativismo ambiental na Amazônia. Com a internet, isso se potencializa, pois nota-se que o espaço virtual vem sendo ocupado por organizações que divulgam dados sobre o meio ambiente⁹, através de redes sociais e microblogs, com interesse de convencer ou simplesmente arrecadar fundos para projetos, mas sempre utilizando a linguagem e as ferramentas interativas da nova mídia.

Para Keck e Sikkink (1998), ações coletivas estratégicas para formatar uma cultura a um determinado padrão global estão se processando no planeta:

Transnational advocacy networks are proliferating, and their goal is to change the behavior of states and of international organizations. Simultaneously principled and strategic actors they ‘frame’ issues to make them comprehensible to target audiences, to attract attention and encourage action, and to ‘fit’ with favorable institutional venues (KECK; SIKKINK, 1998, p. 3).

O conceito de *Frame*, no sentido usado pelas autoras, advém do de Ervin Goffman (em *Frame Analysis*, 1972), adaptado por David Snow e seus colegas, que significa “esforços estratégicos para formar e moldar consciências em um sentido de compreensão do mundo que legitimem ações coletivas”. Especificamente para Johnston (2002, p. 62-91), *frames* são esquemas interpretativos, que indicam o que é importante, criam um padrão de entendimento. É uma ‘moldura’, um conjunto de significados simbólicos, percebido através das análises dos discursos sobre as maneiras de comunicar, as formas verbais e não verbais de linguagem, alimentação, vestuário – todos os itens que organizam a memória institucional dos grupos, seu autoconhecimento.

A standardização de padrões internacionais de preservação ambiental aumenta a intolerância a certas práticas locais de ocupação e desenvolvimento agrícola na Floresta Amazônica, combatidas através de campanhas internacionais. Essas campanhas – tanto ambientais quanto relativas a direitos humanos –, segundo os exemplos descritos na obra de Keck e Sikkink (1998), são conjuntos de atividades conectadas estrategicamente, são uma ‘mobilização potencial’, em busca de atingir objetivos comuns.

⁹ Ver mais sobre o uso social do Twitter no movimento ambiental indígena em Gabrich (2008).

Os protagonistas destes movimentos são os seguintes, elencados por Keck e Sikkink (1998): organizações de defesa e pesquisa não governamentais, nacionais e internacionais; movimentos sociais locais; fundações; a mídia; igrejas, cooperativas e organizações culturais e intelectuais; e o governo.

O que ocorre nessa guerra de significações é que as estruturas transnacionais (como WWF, Greenpeace e *Survival International*) se utilizam de organizações nacionais domésticas, internas de uma sociedade, como pequenas instituições, associações, cooperativas etc., para mediar ações, tentando sobrepor acordos de negociação entre valores internacionais e valores culturais locais. O fluxo de informação entre esses atores revela uma densa rede de conexões, formal e informal, que leva ao que as autoras chamam de ‘*common frame of meaning*’, ou seja, essa emergência de valores éticos e morais comuns, em nível internacional, para lidar com os atritos que podem surgir da diversidade cultural, proeminentes em nível doméstico.

Por outro lado, constatou-se que o efeito contrário também ocorre, quando padrões locais se fortalecem ao entrar em conflito com demandas globais. Por exemplo, se uma ONG transnacional tem como prioridade de preservação em uma área ambiental somente a natureza, instituições locais mais conscientes negociam para convencer de que é preciso oferecer opções de desenvolvimento sustentável para os povos que vivem na área, ao invés de expulsá-los em nome da biodiversidade.

Esse diálogo institucional entre uma ONG transnacional e representantes das comunidades locais é explicado por Robert Putnam (PUTNAM, 1988, APUD KECK; SIKKING, 1998) com a metáfora do “*two-level-game*”, no qual atores comuns internos influenciam atores internacionais, e vice-versa. No entanto, as autoras criticam que essa estrada de duas vias é, freqüentemente, muito estreita, pois implica em um limitado acesso aos sistemas internacionais. A questão é mais complexa, as negociações se dão muitas vezes de maneira intersubjetiva, através da construção de significados simbólicos comuns, e da flexibilidade de adaptação das identidades culturais locais.

As organizações locais e internacionais têm uma regra central de agir no intuito de pressionar lideranças a mudarem suas posições políticas. Pressionado por agentes internacionais, o governo se voltou para políticas que consideram a preservação do ecossistema incluindo as populações que o habitam. Por exemplo, na Amazônia, formou-se a concepção do modelo das reservas extrativistas, que são terras de propriedade do governo federal, mas cujo uso é controlado pelas associações comunitárias de seringueiros e outros trabalhadores extrativistas naturais das florestas. Esse modelo de ocupação e desenvolvimento

das florestas nacionais só foi concebido após denúncias de Chico Mendes às organizações internacionais de que a floresta amazônica estava sendo destruída. Keck e Sikkink chamam isso de efeito *Boomerang*, quando os canais de mediação entre o estado e minorias prejudicadas se fecham, atores domésticos internos buscam chamar atenção de outros estados soberanos, para que seus padrões éticos e de valores se sobreponham e pressionem a mudanças de visões políticas. Da mesma forma, questões internacionais podem aumentar as demandas de grupos internos. Para Goffman (1985), informações são representações construídas com o intuito de criar o senso comum, legitimar regras, que justifiquem acordos sociais. E, especificamente no caso das ‘estórias’ das vítimas ‘ambientais’ que circulam na internet, as comunicações decorrem da intencionalidade de alguma ação, desde o clique para doações até a mobilização popular para eventos de protesto.

Da mesma forma, Castells (2000) identifica que os processos de construção de identidade pressupõem a existência de conteúdos simbólicos comuns, que podem servir tanto como legitimadores das instituições dominantes, quanto como elemento para justificar resistência e construção de novos parâmetros. São com estes conteúdos simbólicos que trabalham as redes transnacionais, para manipular a opinião pública em função da criação de um agendamento, ou seja, a exposição informacional de temas e questões ambientais, influenciando nas decisões e posições do Estado e empresariais. Estratégias de interação institucionais para promover mudanças políticas de atores alvos envolvem, segundo Bourdieu (1998), a somatória das vontades subjetivas dos agentes envolvidos num campo de disputas, que interferem nos interesses objetivos do próprio campo. Para o autor, é agravante o fato de que as regras legitimadoras são constantemente reafirmadas, em processo de concorrência pela produção de verdades, pelas vantagens obtidas pela força das mesmas.

2.1 Delineamento de Pesquisa

A partir da lista de 189 entidades ‘parceiras’ do site do GTA, foi possível visualizar uma rede de práticas e fluxos de informação ambiental, classificada de acordo com a natureza institucional de cada entidade. Para complementar, foram entrevistados membros das instituições, em suas diferentes funções, desde produtores de informação a pessoas que participam do processo de decisão sobre quais dados podem ser disponibilizados nos sites. Entre estes estão os ativistas, fundadores, diretores, conselheiros e presidentes.

As entrevistas foram semi-estruturadas, revelando, a priori, elementos interessantes nesse processo de investigação. Por exemplo, a maior receptividade e disponibilidade dos técnicos de entidades locais (que sempre têm tempo) e disponibilidade restrita dos técnicos

das estrangeiras (sempre se expondo como usualmente ocupados, como grandes executivos). As perguntas foram elaboradas a partir das informações dos sites, com o intuito de complementação do entendimento dos conteúdos, em assuntos relacionados à interação que possibilita a fluência das dinâmicas trans-institucionais ambientais, como acontecimentos atuais, relevância da divulgação de pesquisas científicas, previsões, eventos de protesto etc. Alguns assuntos tratados: disponibilização das informações nos sites, mercado do carbono, concessões para madeireiros, situação indígena, manejo florestal, aprovação de leis, profissionalização das entidades locais, negociações entre técnicos brasileiros e estrangeiros, superaquecimento global, internacionalização da Amazônia e outros. A maioria das entrevistas foi realizada pela internet (utilizando skype e outros meios de comunicação instantânea). Foram realizadas também entrevistas face a face, principalmente no Acre, em três viagens para a região.

3 A REDE GTA: MEDIAÇÕES INFORMACIONAIS NA INTERNET SOBRE A AMAZÔNIA

As observações e inferências apresentadas a seguir são reflexos da visita diária nos meses de julho e agosto de 2006 à rede GTA, sendo que os dados foram atualizados entre junho e julho de 2009, com alterações irrelevantes. Para iniciar a exploração, partimos da página ‘parceiros’ do site do GTA, que possui uma lista de 189 entidades. Cada título desta relação não é um link externo para outro site, mas sim um caminho para outra página também do GTA, personalizada, que apresenta de maneira brevíssima a entidade, fornecendo dados como endereço eletrônico, virtual e contato telefônico, embora em alguns casos as informações não estejam disponibilizadas de maneira completa. Após uma primeira categorização preliminar, baseada na ‘natureza institucional’ de cada uma, chega-se à seguinte divisão (Figura 25):

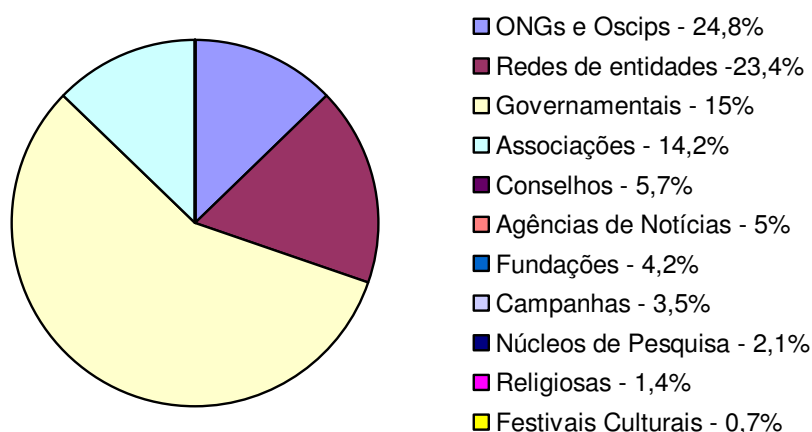


Figura 2 – Gráfico da natureza das instituições da rede.

Nota-se a predominância de instituições com estatutos padronizados¹⁰, como ONGs e Oscips (39 entidades), seguido de redes (37 grupos de entidades), instituições governamentais (21 órgãos diferenciados, federais, estaduais ou municipais) e 20 associações, todas localizadas na Amazônia. É preciso observar que há uma grande diferença entre a entidade possuir ‘representação’ na internet, termo que se refere a qualquer vestígio – notícia, divulgação de artigo científico, imagens, vídeos – e possuir um site institucional constituído, ou seja, com endereço próprio (domínio registrado) e identidade visual e editorial personalizada, no que se refere às diretrizes para publicação de produção audiovisual e notícias opinativas, com declarações sobre posições ideológicas e políticas. Comumente, quando a entidade não possui um site institucional, o site do GTA remete o usuário a uma página com alguma notícia relacionada às suas atividades, localizadas em sites de agências de notícias, governamentais ou não, e outros sites.

A lista remete também a divulgações de projetos diferentes de uma mesma entidade como, por exemplo, acontece com a ONG transnacional Amigos da Terra, responsável por alimentar o site de notícias www.amazonia.org.br. Há também nessa listagem 34 elos quebrados, ou seja, links que remetem a ‘páginas não encontradas’. Portanto, entre as 189 listadas, 46 remetem a notícias em outros sites e 109 são de entidades que possuem site próprio (Figura 26), assim:

¹⁰ Os estatutos de ONGs e Oscips, geralmente, obedecem regras exigidas pelo governo para se credenciarem como instituições executoras de serviços sociais/ambientais. Assim, entidades com presidentes vitalícios, por exemplo, são excluídas.

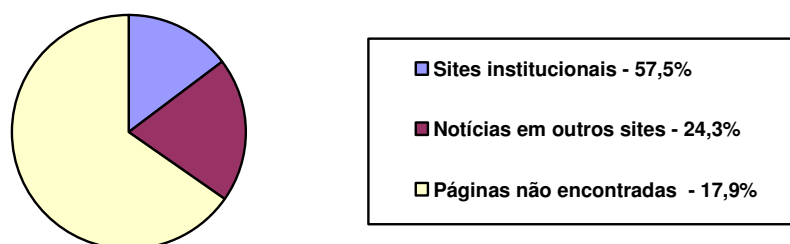


Figura 3 – Gráfico da natureza da informação.

As entidades que não possuem site, mas são representadas por notícias da suas ações são, em sua totalidade, instituições locais que ainda não possuem condição de ter seu próprio site. E, sobre a maioria dos parceiros que remetem ‘a páginas não encontradas’, no site do GTA, são fornecidos também endereços locais e eletrônicos. Mas, após as entrevistas com os produtores desse site, percebe-se que não há muita preocupação de manter essa lista atualizada, no sentido de não haver uma organização que possa administrar o funcionamento da inserção e retirada de itens da lista desta seção ‘parceiros’ no site do GTA.

Em relação à localização geográfica, há dois mapas, que contemplam as entidades que possuem site na internet. A Figura 27 corresponde à identificação de 41 entidades (transnacionais ou locais), mas com escritório na Amazônia Legal, e a Figura 28 refere-se a organizações com escritório e sede em outros locais do Brasil, mas podendo também ser pertencentes a redes transnacionais. A montagem desse mapa se deu pela localização¹¹ do endereço nos sites visitados, através de pontos sobrepostos a um mapa¹² da região que acentua na cor rosa as regiões mais desmatadas e na cor verde as regiões mais preservadas. Com isso, é notória uma maior devastação nas regiões da Amazônia oriental (Pará, Mato Grosso, Tocantins), do que na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá).

¹¹ Quando a entidade tem escritório em mais de um lugar no Brasil, deu-se preferência a divulgar os escritórios da Amazônia.

¹² Referência: Embrapa. Autores: Evaristo Eduardo de Miranda, Hugh Eva, Marcelo Guimarães, Alejandro Dorado, Alexandre Camargo Coutinho.

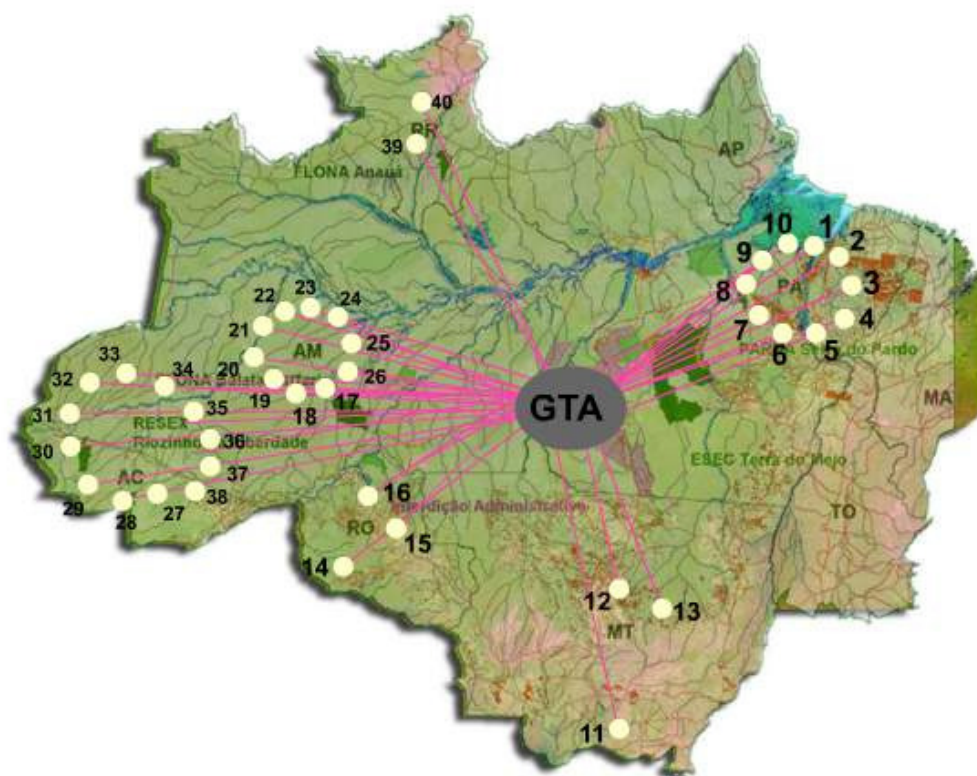


Figura 4 – Entidades ambientais identificadas na Amazônia Legal. Fonte: Desenvolvida pela autora¹³.

Coincidência ou não, existem muito mais ‘entidades’ ambientais nas áreas mais conservadas, índice de que o trabalho de preservação ambiental dessas entidades pode estar dando resultado, mas por outro lado pode ser o fato de não haver grandes populações no local, por isso maior procura de entidades transnacionais pela região. Já a Figura 28 demonstra que a maioria das entidades que pauta a Amazônia em suas ações possui sede em Brasília (15 entidades), seguida de São Paulo (11 entidades), Rio de Janeiro (seis), Recife (duas) e Goiânia, Recife e Fortaleza (uma em cada).

¹³ Essa imagem é uma interface navegável que disponibiliza nome, endereço e link para o site das instituições, disponível em <http://migre.me/4sM4>

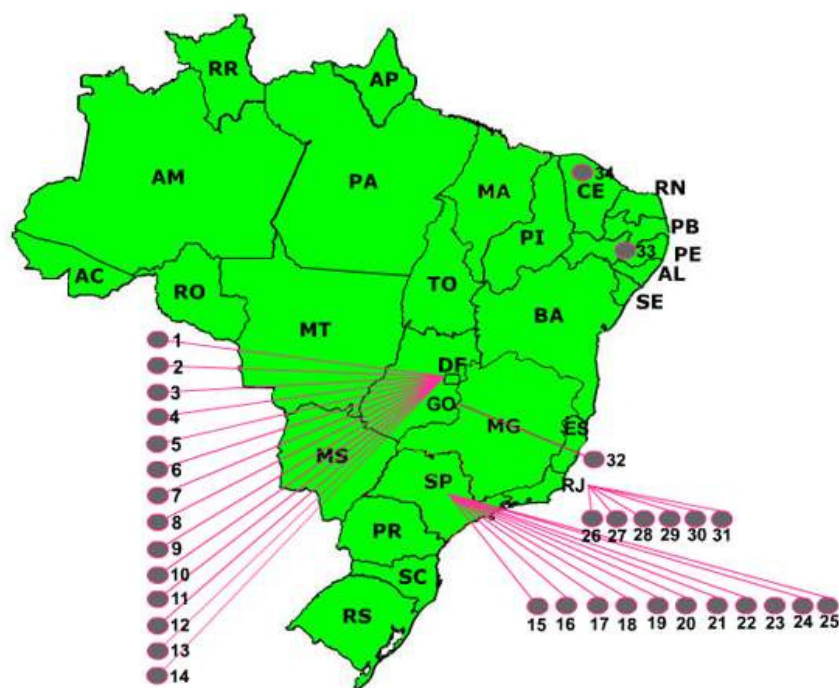


Figura 5 – Entidades da rede com sede fora da Amazônia Legal. Fonte: Desenvolvida pela autora.¹⁴

Embora qualificar quantitativamente a natureza e tipo de representação das entidades na internet seja útil para um primeiro panorama geral de mapeamento, foi a navegação exploratória que permitiu notar que conceitos diversos de ambientalismo emergem da capacidade de mediação informacional trans-institucional. Esta navegação investigativa se deu a partir da observação dos seis seguintes dados: a) nome e natureza institucional, b) teste de navegabilidade e arquitetura da informação, iniciado pela busca de endereço local, c) mensagens contidas nas imagens, d) periodicidade das últimas publicações, e) elos para outros sites externos e f) estrutura profissional de produção do site.

Em relação ao conteúdo publicado nos sites da rede, notamos que é uma prática bastante comum entre elas a reprodução de notícias umas das outras, o que causa redundância dos mesmos textos no espaço virtual. Dessa forma, as entidades podem funcionar como fontes e ou reprodutoras de informação, neste caso modificando ou não os textos originais. Um exemplo de fonte é o site da Rede de Informações para o Terceito Setor (Rits). Através de

¹⁴ Essa imagem é uma interface navegável que disponibiliza nome, endereço e link para o site das instituições, disponível em <http://migre.me/4sMj>

uma revista eletrônica diária, são disponibilizados conteúdos exclusivos para outras entidades, em sistema de *'copyleft'*, ou seja, a reprodução é permitida desde que citada a fonte. Podem ser consideradas entidades assim, na rede estudada, as agências de notícia (Carta Maior, Notícias do Planalto, Adital e outras), entidades mais estruturadas financeiramente, como o WWF-Brasil, o Greenpeace Brasil, o Instituto Ethos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e outras.

Nessa dinâmica de reprodução de conteúdos, percebemos que as entidades *'emissoras'* tentam fazer emergir, no senso comum, padrões que podem ser considerados parâmetros globais, como a não poluição das águas, o combate ao trabalho escravo, liberdade de comunicação, a internacionalização da Amazônia etc. Isso pode ser feito de várias formas.

O Instituto Ethos, por exemplo, possui um programa de conscientização de profissionais da informação sobre o tema *'responsabilidade social'*, fornecendo banco de dados e formação em seminários e cursos. Ou seja, a entidade não quer apenas fornecer a notícia pronta sobre o tema, mas formatar os limites da compreensão do autor/produtor de informação para olhar e escrever sobre a questão. Outra entidade que se propõe a este trabalho de conscientização é a ONG Justiça Global, voltada para técnicos e ativistas em geral.

As entidades que não possuem recursos ou iniciativas de produzir suas próprias notícias, muitas vezes oferecem um serviço de *clipping*, uma seleção sobre temas de interesse. Essa reprodução pode ser feita de maneira direta (um *link* externo, no qual o usuário é redirecionado para a página original da informação), ou indireta, quando o texto é copiado da fonte e colado em uma página com design da entidade reprodutora, como é o caso do feito pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). As notícias de seu boletim eletrônico diário, embora contenham no final do texto o *link* para a fonte original, são geralmente alteradas.

Outros entrevistados de outros sites da rede identificada também possuem mecanismos de avaliação da navegação dos sites, através dos quais medem o retorno das mensagens que emitem. Eles afirmam que há momentos de pico de visitação coincidentes com fatos da atualidade, como por exemplo, a morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, que causou um *boom* de visitas em março de 2005. Um entrevistado da Comissão Pastoral da Terra - CPT, por exemplo, afirma que a visitação aumenta no final do ano, próximo do lançamento anual de um censo que realizam sobre conflitos de terra, com dados sobre assentamentos. E também freqüentemente são procurados por jornalistas para saber mais detalhes sobre as matérias inéditas publicadas. Portanto, percebe-se que os veículos dos grandes centros, em suas publicações impressas e online sobre meio ambiente e Amazônia, começam a se pautar por publicações de entidades que emergem de populações locais.

Outros sites da rede, no entanto, tem uma representação majoritariamente textual, quase sem imagens, como é o caso da Associação Cris-Brasil e da Abong, enquanto outros mesclam bem a imagem e texto, como o site da Imazon. Sobre a questão dos links, com exceção do Greenpeace e do WWF-Brasil, todos os outros sites da rede possuem uma página de links para outros endereços externos, principalmente para agências financiadoras internacionais, no caso de as entidades receberem capital estrangeiro. Há também uma tendência geral de ‘linkar’ órgãos governamentais, como o Ministério do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e da Cultura.

4 CONCLUSÕES

Se houve um ápice de investimentos diretamente no terceiro setor da Amazônia nas duas últimas décadas, impulsionado pela morte de Chico Mendes, com grandes somas de dinheiro para pequenas associações ou grandes líderes, podemos afirmar que atualmente esse sistema de distribuição mudou. Cresce o número de redes para intermediar, definir diretrizes para as relações entre as entidades locais e agências internacionais que fornecem recursos, como o GTA e o WWF-Brasil, ambas beneficiadas por recursos internacionais. Hoje em dia, nota-se a tendência de redução do número de organizações capazes de avaliar, monitorar e certificar resultados de conservação esperados. Ou seja, há uma ‘seleção natural’ das melhores organizações, que se consolidam ao longo do tempo, que são mais profissionais, enquanto as menos estruturadas sentem dificuldade de se colocar no ‘mercado’ do movimento ambiental. A tendência é de profissionalização do setor.

Observa-se que o desenvolvimento proposto por essas entidades, de maneira geral, prioriza a conservação da natureza, mas não somente em detrimento das populações tradicionais, e sim as considerando. Isso ocorre no caso da valorização das terras indígenas (muito citada por todos os entrevistados), consideradas unidades de conservação cultural e natural. As terras indígenas, junto com as reservas extrativistas, têm papel fundamental para impedir o desmatamento da floresta amazônica. Se os povos indígenas ficam preservados em suas tradições, isso é muito bom para conservação. Portanto, providencia-se a transformação do saber indígena, institucionalizado e disponibilizado digitalmente, acadêmico.

A análise dos fluxos de mediações informacionais entre as entidades da rede GTA revela uma importante função social dos estudos da Ciência da Informação acerca das redes ambientais, tendo em vista a repercussão desses fluxos nas políticas públicas sobre a Amazônia. Por este estudo, foi possível perceber que algumas instituições são mais

comumente autoras, outras são reprodutoras, e outras ainda alteram as informações, em processos de antropofagia cultural.

Outro resultado perceptivo, através da localização geográfica das entidades, é que há maior atividade (projetos ambientais, estudos técnicos e intervenções sociais) na região da Amazônia Ocidental, que coincidentemente está mais preservada (existe mais floresta em pé), com pouco procura por locais que estão desmatados. De fato, as ONGs que atuam em espaço transnacional, como o WWF e o Greenpeace, tendem a buscar áreas ‘intocadas’ pelo homem.

Os sites destas duas entidades (WWF-Brasil e Greenpeace) não possuem listas de links para outras entidades ambientalistas, mesmo as parceiras em projetos. Essa estratégia não permite que o usuário (que pode contribuir financeiramente) saia do ambiente virtual da instituição, já que somente as duas trabalham com esquema de filiação.

Por outro lado, as conexões externas que partem do site do GTA oferecem múltiplos caminhos de saída para outros sites institucionais, estratégia que pode favorecer a democratização da informação, mas que pode também confundir o usuário. Por ser um site basicamente textual, que utiliza pouquíssimas imagens, nos faz concluir que é dirigido muito mais para as pessoas que pertencem a outras instituições ambientais da rede do que ao cidadão urbano definido por WWF como público alvo. Esse público mais especializado do GTA é atingido, embora de maneira não muito planejada, um pouco intuitiva, mas satisfatória. As trocas simbólicas entre as entidades acontecem, com a fundamental presença mediadora do editor do site.

As ‘entidades sociais’, nessa dinâmica de reprodução de conteúdos, fazem emergir no senso comum parâmetros que consideram essenciais para as interações da humanidade, regras globais, como o combate ao trabalho escravo, a não poluição das águas, a liberdade de comunicação etc. Este processo, no entanto, é reflexo da efervescência de discussões culturais e ambientais em que vivem as cidades da Amazônia atualmente.

Dessa forma, concluímos que não há um padrão de ambientalismo transnacional definido, finalizado no tempo e espaço. Cada ator institucional da rede analisada expressa sua própria relação com a natureza de maneira distinta, de acordo com fatores de sua formação cultural, que são elementos de peso na formação da cultura global. Então, embora com particularidades na maneira de comunicar e produzir informação, no que diz respeito à formação de uma ideologia para o relacionamento do homem com a natureza, são as negociações simbólicas da rede que definem acordos entre a necessidade de preservar (prioridade global) e a necessidade de desenvolvimento das populações locais.

Mas esse processo, embora constitua uma evolução natural de trocas cognitivas entre culturas diferentes, na Amazônia, pode ser considerado uma forma de reificação da floresta, traduzida e interpretada de acordo com sua importância para o cidadão urbano.

Se por um lado essas tradições culturais são protegidas como em uma redoma, ‘reificadas’, por outro são oferecidas ao cidadão urbano – que tem acesso a internet – em pacotes de informação formatada, traduzidas de acordo com uma visão às vezes muito romântica. Essa nostalgia do mito do homem e natureza selvagem, portanto, persiste e atualiza-se de acordo com as novas tecnologias, com mais glamour, porque as possibilidades de construção imagética oferecem isso com muito mais qualidade.

As entidades transnacionais, especialmente o WWF, apropriam-se de elementos culturais de cada país ou região, principalmente de imagens de espécies da fauna e flora da natureza local, com a finalidade de atualização em relação às identidades nacionais, no intuito de formar valores ambientais que definem ações políticas. Essa re-contextualização dos objetos da natureza (a representação imagética nos sites), tem seu laboratório de ponta, sua matéria prima, nas culturas locais. Por outro lado, essas culturas locais são domesticadas, através de projetos educativos de conscientização, como cartilhas impressas e eventos. Essas mensagens para o público das comunidades tradicionais são bastante personalizadas e funcionam como facilitadoras para a trans-nacionalização de padrões ambientais de relacionamento com a natureza.

Assim, o ciberativismo ambiental direcionado para o homem urbano, é alimentado pelas sensações provocadas por imagens, composições visuais e textos, de maneira geral, para depois esse sentimento se limitar em alguma ação mais prática, que pode ser um clique para a doação, processo medido diariamente. Através da sua representação imagética na internet, o WWF consegue tornar os indivíduos isolados sua extensão, mais do que receptores, eles se sentem ‘sócios’, enquanto a instituição, por outro lado, também se transforma, assumindo diversas nacionalidades e seus símbolos culturais, espirituais e naturais.

Portanto, não há mais periferia, cada sujeito, independentemente do país, torna-se peça central do processo de tradução dos elementos da natureza representados na internet para a sua vida urbana. Pela navegação, ele escolhe as narrativas que lhe interessam, por algum motivo de identificação e assim determina o grau dessa relação entre homem e natureza.

RELATIONS AND MEDIATIONS INFORMACIONES CRIME IN THE AMAZON: the environmental networks on the internet and the standardization of nature

ABSTRACT

The goal of communication is demonstrated in a descriptive and visual attributes of explicit relations between network actors. Specifically, this research presents the mapping of local environmental institutions and transnational corporations, who provide information on the Amazon, listed from the section "partners" on the GTA site. The data collected are related to geographic information and interviews with the producers of information entities analyzed. The reasoning is as follows: 1) sociological reflections on mediation informational network, with the advent of new technologies, 2) the presence in the Amazon of transnational environmental networks through negotiations symbolic and 3) the case study on the network that emerges of the 'Partners' Site of the GTA and 4) the conclusions, where it becomes visible to the formation of values and concepts about nature conservation in environmental flows between local institutions and corporations.

Keywords: Environmental Networks, Institutions environmentalists, Internet, Amazon,

REFERÊNCIAS

- AMBRÓSIO, Ubiratan d'. **Transdisciplinaridade**. São Paulo, Palas Athena, 1997.
- BAUMAN, Z. **Globalização, as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECKER, B.K. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. **Transdisciplinaridade nas ciências: o lugar da Ciência da Informação**. I EBEC - *Encontro Brasileiro de Estudos da Complexidade* – Curitiba, Brasil, 11 a 13 de julho de 2005.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2001.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GABRICH, Débora de Carvalho Pereira. **“Amazônia Transnacional: as redes ambientais na internet e a padronização da natureza”**. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/4sWq>>.
- GABRICH, Débora de Carvalho Pereira. **“O encadeamento da imagem dos índios isolados da Amazônia na internet e a padronização da natureza”**. In: 1º Colóquio de Comunicação e Sociabilidade ‘Comunicação Midiática: Instituições, Valores e Cultura’, novembro de 2008. Disponível em: <<http://migre.me/4sWH>>.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

JOHNSTON, H. Verification and proof in frame and discourse analysis. In: KLANDERMANS, B.; STRAGGENBORG, S. (Eds.). **Methods of social movements research**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2002. p. 62-91.

KECK, M.E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders**: advocacy networks in international politics. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KLANDERMANS, B.; STRAGGENBORG, S. (Eds.). **Methods of social movements research**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2002.

MEIRELLES FILHO, J. **O livro de ouro da Amazônia**: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Ed. Triom, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TAUSSIG, M. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.